

TERRITORIALIDADE E A EFETIVIDADE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ACESSO À ÁGUA DE POVOS INDÍGENAS DA BAHIA (2020-2025)

TERRITORIALITY AND THE EFFECTIVENESS OF PUBLIC POLICIES ON ACCESS TO WATER FOR INDIGENOUS PEOPLES OF BAHIA (2020-2025)

Brenda Andrade de Abreu Silva¹ (BOLSISTA/CAPES);
Luan Marcel da Silva Martins² (BOLSISTA/CAPES);
Fran Espinoza³ (Orientador)

brenda.abreu@souunit.com.br; mestrado_luanmarcel@souunit.com.br;
juan.francisco@souunit.com.br

¹Universidade Tiradentes/PPGD/Aracaju/SE;

²Universidade Tiradentes/PPGD/Aracaju/SE;

³Universidade Tiradentes/Aracaju/SE

7.00.00.00-0 - Ciências Humanas; 7.08.04.00-1– Políticas Públicas Educacionais

RESUMO

O acesso à água potável constitui um direito humano fundamental e um elemento essencial à preservação dos modos de vida tradicionais das comunidades indígenas. Em regiões da Bahia, como no sudoeste, marcado pela fatia remanescente da mata atlântica, da mata de cipó, e, em contraponto, a região nordeste, localizada no território de Identidade do Semiárido Nordeste II e inserida no bioma caatinga, diversas comunidades indígenas como o povo Pataxó¹ e Pataxó Hãhãhãe², e, por outro lado, o povo Kaimbé³, apesar de divergirem na conjuntura de ecossistemas, sofrem com limitações significativas quanto à disponibilidade e qualidade de recursos hídricos, fundamentais para a sobrevivência dessas comunidades. Tais restrições decorrem da intensificação das pressões territoriais e ambientais, associadas às ocupações indevidas⁴, ao progressivo desmatamento, ao agronegócio e, principalmente, à ineficácia de políticas públicas de saneamento e abastecimento. Nesse contexto, apesar da existência de programas e mecanismos legais destinados à garantia do acesso à água e a proteção territorial indígena, como o Programa Nacional de Saneamento Indígena (PNSI), o Decreto nº 1.775/96, observa-se a falta de efetividade dessas políticas públicas na região. O trabalho é desenvolvido a partir da análise crítica de textos acadêmicos e documentos relevantes sobre o tema, com foco na interpretação e reflexão dos dados encontrados. O objetivo é analisar, entre 2020 e 2025, a efetividade das políticas públicas de acesso à água potável nas comunidades indígenas do sudoeste e nordeste da Bahia, em relação à meta 6.1 da ODS 6 da ONU⁵, considerando impactos da territorialidade, práticas de resistência e autogestão hídrica. No caso dos Pataxós, foram apresentado avanços pontuais no que diz respeito a efetividade de políticas públicas de acesso à água em suas comunidades, mas ainda são observadas diversas limitações estruturais, com dificuldade na sua efetivação em virtude da negação institucional às áreas de retomada, onde a ausência de abastecimento e saneamento básico representa uma continuidade da violência territorial⁶. Em se tratando dos Pataxó Hãhãhãe da TI caramuru-Paraguaçu, a efetividade é notadamente baixa, pela carência de saneamento básico e da dependência de abastecimento via carro-pipa⁷, nisso a ausência de ações estruturais da SESAI⁸ e a histórica degradação ambiental acabam por comprometer a qualidade da água e afetam diretamente a territorialidade e a autonomia da comunidade. Na conjuntura dos Kaimbé, a conquista territorial da Fazenda Ilha garantiu o acesso ao único curso d'água permanente da região. Contudo, entre 2020 e 2023, nenhuma estação de tratamento estava funcionando⁹, e projetos de saneamento previstos não foram executados,

evidenciando a persistente desconexão entre reconhecimento territorial e efetividade das políticas públicas de acesso à água. Conclui-se, portanto, que a territorialidade é essencial para garantir o acesso à água nessas comunidades indígenas, mas a meta 6.1 da ODS 6 não tem sido efetivamente observada. Entre 2020 e 2025, as políticas públicas de saneamento e abastecimento mostraram-se ineficazes, mesmo em contextos ecológicos distintos, comprometendo direitos humanos e autonomia desses povos.

PALAVRAS-CHAVE: água, políticas públicas, territorialidade.

ABSTRACT

Access to clean water is a fundamental human right and essential for preserving the traditional ways of life of Indigenous communities. In regions of Bahia, such as the southwest, marked by the remaining portion of the Atlantic Forest and the liana forest, and, in contrast, the northeast region, located in the Northeast Semi-arid Region II Identity Territory and within the Caatinga biome, several Indigenous communities, such as the Pataxó and Pataxó Hãhãhãe peoples, and, on the other hand, the Kaimbé people, despite differing ecosystem configurations, face significant limitations regarding the availability and quality of water resources, which are essential for the survival of these communities. These restrictions stem from the intensification of territorial and environmental pressures, associated with undue occupations, progressive deforestation, agribusiness, and, most importantly, the ineffectiveness of public sanitation and water supply policies. In this context, despite the existence of programs and legal mechanisms aimed at guaranteeing access to water and protecting Indigenous territories, such as the National Indigenous Sanitation Program (PNSI) and Decree No. 1,775/96, these public policies remain ineffective in the region. This work develops based on a critical analysis of academic texts and relevant documents on the topic, focusing on the interpretation and reflection of the data found. The objective is to analyze, between 2020 and 2025, the effectiveness of public policies for access to drinking water in Indigenous communities in southwestern and northeastern Bahia, in relation to target 6.1 of UN ODS 6, considering impacts on territoriality, resistance practices, and water self-management. In the case of the Pataxó, specific advances have been made in the effectiveness of public policies for water access in their communities, but several structural limitations remain, with difficulties in their implementation due to institutional denial of land in the areas of reclamation, where the lack of water supply and basic sanitation represents a continuation of territorial violence. Among the Pataxó Hãhãhãe of the Caramuru-Paraguaçu Indigenous Land, effectiveness is notably low due to the lack of basic sanitation and dependence on water trucks. In this regard, the lack of structural actions by SESAI (SESAI) and historical environmental degradation ultimately compromise water quality and directly affect the community's territoriality and autonomy. Among the Kaimbé, the territorial conquest of Fazenda Ilha guaranteed access to the region's only permanent watercourse. However, between 2020 and 2023, no treatment plants were operational, and planned sanitation projects were not implemented, highlighting the persistent disconnect between territorial recognition and the effectiveness of public water access policies. Therefore, it can be concluded that territoriality is essential to guarantee access to water in Indigenous communities, but target 6.1 of ODS 6 has not been effectively met. Between 2020 and 2025, public sanitation and water supply policies proved ineffective, even in distinct ecological contexts, compromising the human rights and autonomy of these peoples.

KEYWORDS: water, public policies, territoriality.

REFERÊNCIAS/REFERENCES:

¹MARCHI. C. **Entre escassez e conflito, povo Pataxó transforma fazenda degradada em exemplo de agroecologia.** MONGABAY. Bahia, 2025. Disponível em: <https://brasil.mongabay.com/2025/05/entre-escassez-e-conflito-pataxos-transformam-fazenda-degradada-em-exemplo-d-e-agroecologia>. Acesso em 27 out. 2025.

²MUNIZ PATAXÓ, L. **Percepção e práticas dos professores da escola estadual da aldeia indígena Caramuru Paraguaçu a respeito dos recursos hídricos.** 2017. Disponível em: <https://repositorio.ifba.edu.br/jspui/bitstream/123456789/677/1/TCC%20Luzineth%20Muniz%20Pataxó.pdf>. Acesso em: 27 out. 2025

³Ramos, H. T. **A dimensão da autonomia na educação escolar indígena da aldeia Kaimbé.** Dissertação de mestrado. Universidade Estadual de Feira de Santana, Programa de Pós-Graduação em Educação. 2019. Disponível em: <https://share.google/v4xwVusrk13PxCuaq>. Acesso em: 27 out. 2025.

⁴BRASIL. Tribunal Regional Federal da 1ª Região. **Apelação Cível nº 2007.01.00.042428-3/BA.** Relator: Desembargador Federal Souza Prudente. Brasília, DF. Julgado em: 17 set. 2007. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/trf-1/2394545/inteiro-teor-100931360>. Acesso em: 27 out. 2025.

⁵INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **ODS 6 – Água Potável e Saneamento**. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/ods/ods6.html>. Acesso em: 28 out. 2025.

⁶MAPA DE CONFLITOS ENVOLVENDO INJUSTIÇA AMBIENTAL E SAÚDE NO BRASIL. **BA: Luta dos Pataxó Hã Hã Hã pela retomada da terra demarcada em 1937: violências contra lideranças Pataxó promovidas por fazendeiros e posseiros para punir os índios e suas pretensões territoriais**. Rio de Janeiro, 2024. Disponível em: <https://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/ba-luta-dos-pataxo-ha-ha-hae-pela-retomada-da-terra-demarcada-em-1937-violencias-contraliderancas-pataxo-promovidas-por-fazendeiros-e-posseiros-para-punir-os-indios-e-suas-pretensoes-territoriais>. Acesso em: 28 out. 2025.

⁷BORGES, J. C. Territórios recortados, políticas fragmentadas: a experiência da Assistência Social entre os índios Pataxó, Bahia. **ACENO-Revista de Antropologia do Centro-Oeste**, v. 3, n. 6, p. 211-227, 2017. Disponível em: https://www.academia.edu/49127368/Territorios_recortados_politicas_fragmentadas_a_experiencia_da_Assistencia_Social_entre_os_indios_Pataxo_Bahia. Acesso em: 27 out. 2025.

⁸BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI). **Saúde Indígena**. [Brasília, 2025]. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/sesai>. Acesso em: 28 out. 2025.

⁹BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Saúde Indígena. **Plano Distrital de Saúde Indígena – DSEI Bahia, 2024-2027**. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/sesai/planos-distritais-2024-2027/plano-distrital-bahia/@@download/file/Plano%20Distrital%20-%20Bahia.pdf>. Acesso em: 27 out. 2025.